

O IDEALISMO DEMOCRÁTICO DE THOMAS JEFFERSON¹

THOMAS JEFFERSON'S DEMOCRATIC IDEALISM

Emily B. Finley²

The Catholic University of America

RESUMO

Este artigo examina o idealismo democrático de Thomas Jefferson, contestando a visão convencional, sustentada por figuras tão diversas quanto Franklin Roosevelt e Ronald Reagan, que o consagra como democrata esclarecido por excelência. Argumenta-se que Jefferson não foi, em sentido estrito, nem democrata nem republicano nos termos hoje compreendidos, e que a tensão entre seu lado romântico-agrarista e seu racionalismo iluminista revela uma relação paradoxal com a democracia. Reexaminam-se quatro dimensões centrais do pensamento jeffersoniano: o agrarianismo, apresentado não como mero conservadorismo, mas como expressão de uma visão romântica destacada da realidade histórica da vida agrícola; a filosofia da educação, voltada à formação de uma aristocracia natural de conhecedores capazes de guiar o povo; o projeto da Universidade da Virgínia, cujo idealismo esbarrou nas restrições de financiamento e nos privilégios de classe; e o “império da liberdade”, cuja expansão territorial revelou políticas excludentes e ambíguas, sobretudo em relação aos povos indígenas. Conclui-se que o idealismo democrático de Jefferson tende a privilegiar a vontade de uma elite esclarecida em detrimento da vontade popular real e historicamente expressa, o que ajuda a iluminar tensões persistentes na própria concepção democrática contemporânea, dividida entre o desejo de governo popular direto e o desejo concorrente de um governo por especialistas.

Palavras-chave: Thomas Jefferson; Idealismo democrático; Agrarianismo; Filosofia da educação; Império da liberdade.

ABSTRACT

This article examines Thomas Jefferson's democratic idealism, challenging the conventional view that enshrines him as the enlightened democrat par excellence. It argues that Jefferson was not, strictly speaking, either a democrat or a republican as those terms are understood today, and that the tension between his romantic, agrarian side and his Enlightenment rationalism reveals a paradoxical relationship with democracy. Four central dimensions of

¹ Artigo originalmente publicado em *The Political Science Reviewer*, Vol. 46, Nr. 2, 2022. Tradução realizada do inglês por inteligência artificial com supervisão de Marcos Augusto Maliska.

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Católica da América, com Pós-doutorados em Stanford e Princeton. É Senior Fellow do Albertus Magnus Institute.



Jeffersonian thought are reexamined: agrarianism, presented not as mere conservatism but as the expression of a romantic vision detached from the historical reality of agricultural life; his philosophy of education, aimed at forming a natural aristocracy of the knowledgeable capable of guiding the people; the project of the University of Virginia, whose idealism collided with funding constraints and class privilege; and the “empire of liberty,” whose territorial expansion revealed exclusionary and ambiguous policies, particularly toward Native Americans. The article concludes that Jefferson’s democratic idealism tends to favor the will of an enlightened elite over the real, historically expressed popular will, helping illuminate persistent tensions within contemporary democratic thought itself, divided between the desire for direct popular government and the competing desire for government by experts.

Keywords: Thomas Jefferson; Democratic idealism; Agrarianism; Philosophy of education; Empire of liberty.

1. INTRODUÇÃO

Thomas Jefferson há muito faz parte do panteão americano, reivindicado como aliado e democrata esclarecido *par excellence* por figuras tão diversas quanto os *Students for a Democratic Society* (SDS), Franklin Delano Roosevelt, Ronald Reagan, Bill Clinton, Barack Obama e até mesmo Mikhail Gorbachev. No entanto, diante da aparente insatisfação crescente nos Estados Unidos com o estado desta república democrática, talvez seja hora de reavaliar a visão democrática jeffersoniana. Este artigo sustenta que, apesar das afirmações retóricas de Jefferson em sentido contrário, ele não é, no sentido tradicional, nem um democrata nem um republicano (uma vez que seu uso deste último termo coincide com a compreensão moderna do primeiro), e, além disso, que a relação paradoxal entre seu lado romântico e agrarista e seu lado racionalista iluminista reflete sua relação paradoxal com a democracia.³ Este artigo reexamina diversos aspectos das convicções essenciais de Jefferson, incluindo seu agrarianismo, sua filosofia da educação e seu desejo por um “império da liberdade”. Ele elucida uma visão de democracia que tende a deferir aos conhecedores e esclarecidos, em vez de à vontade real e histórica do povo,

³ Jefferson preferia a terminologia “republicanismo” a “democracia,” associando frequentemente esta última palavra — seguindo os filósofos antigos — ao governo da turba. No entanto, a própria evolução da “democracia jeffersoniana” como conceito salutar demonstra que a palavra sofreu mudanças significativas desde a época de Jefferson. Jefferson, juntamente com outros, ajudou a consolidar uma tradição na qual a ideia de governo popular o mais desmediado possível é tida como o padrão para o “republicanismo.” Embora o lugar de Jefferson dentro da tradição republicana seja, sem dúvida, um tema interessante sobre o qual muito já se escreveu, a presente tese explora a compreensão de Jefferson sobre o que hoje chamaríamos de “democracia” — governo popular com mediação ou “filtragem” mínima por uma classe política.



que Jefferson tão frequentemente exalta em teoria. Reavaliar o caráter e a qualidade da visão de Jefferson, por meio de um exame cuidadoso de seus escritos, discursos e ações, ajuda a iluminar outra dimensão da democracia jeffersoniana, com frequência negligenciada ou subestimada. Isso também pode ajudar a lançar luz sobre nossa própria concepção conturbada de democracia, igualmente dividida, com frequência, entre o desejo de um governo popular direto e o desejo concorrente de um governo por especialistas.

No primeiro capítulo deste artigo, a atenção se volta para a compreensão que Jefferson tinha do agrarianismo, componente central de sua visão democrática. O agrarianismo de Jefferson contribuiu para sua imagem como tradicionalista e defensor dos direitos dos Estados, e até mesmo como conservador entre alguns estudiosos, especialmente aqueles associados à escola dos Agraristas Sulistas, que na década de 1930 defendia a restauração do agrarianismo na república americana.⁴ Esta reexaminação do agrarianismo de Jefferson sugere que, embora ele fosse frequentemente visto como tradicionalista ou conservador de certo tipo, sua visão romântica tinha pouca relação com a natureza histórica da vida agrária e, portanto, pouca relação com um modo tradicional de existência e sistema de crenças. Pelo contrário, o agrarianismo de Jefferson era parte de sua visão progressista da história e de seu idealismo democrático.

Para elucidar ainda mais esse núcleo romântico-iluminista na visão democrática de Jefferson, este artigo se volta, nos dois capítulos subsequentes, para a filosofia da educação de Jefferson e seus planos para a Universidade da Virgínia. As convicções de Jefferson sobre o papel e o conteúdo adequado da educação demonstram seus

⁴ John Gould Fletcher e Andrew Nelson Lytle são dois colaboradores de *I'll Take My Stand: The South and the Agrarian Tradition* cujas referências informais à democracia jeffersoniana são representativas dos agraristas sulistas de modo mais geral. Ver Fletcher, "Education, Past and Present," em *I'll Take My Stand: The South and the Agrarian Tradition*, org. Donald Davidson et al. (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006), 104–6; e Andrew Nelson Lytle, "The Hind Tit," idem, 209; Richard Weaver faz referência às *Notes on Virginia* de Jefferson como "cânone" para os agraristas sulistas; ver *The Southern Essays of Richard M. Weaver*, org. George M. Curtis III et al. (Indianapolis: Liberty Fund, 1987), 16. Donald Davidson, no segundo encontro anual da Southern Historical Association, em fevereiro de 1937, "apresentou um trabalho sobre a interpretação agrarista do Sul. Ao concluir, enfatizou a necessidade de reafirmar os princípios de Thomas Jefferson e John Taylor, se quisermos alcançar uma solução americana para nossos problemas americanos," segundo Patrick F. Quinn, "Agrarianism and the Jeffersonian Philosophy," *Review of Politics* 2, n. 1 (1940): 97–98. Wendell Berry vê em Jefferson o porta-estandarte do agrarianismo em *The Unsettling of America: Culture and Agriculture* (San Francisco: Sierra Club Books, 1977), cap. 8, "Jefferson, Morrill, and the Upper Crust," pp. 143–70. Wendell Berry faz referência ao agrarianismo conservador de Jefferson, por exemplo, na palestra Jefferson de 2012 do National Endowment for the Humanities, intitulada "It All Turns on Affection," e também em "The Agrarian Standard," na *Orion Magazine*, 2002.



compromissos iluministas e um compromisso com a democracia que, mediante exame, mostra-se mais teórico do que real.

O capítulo final deste artigo examina a conexão entre a Compra da Louisiana e as políticas de remoção dos indígenas durante a administração presidencial de Jefferson e seu idealismo democrático. A expansão territorial de Jefferson e suas políticas em relação aos nativos americanos revelam, na prática, algumas das implicações de sua busca paradoxal por um “império da liberdade”. Defensor declarado dos direitos dos Estados e do federalismo, Jefferson, ainda assim, instituiu políticas que concentraram maior poder no governo nacional e atropelaram os direitos dos povos locais e indígenas. Embora Jefferson frequentemente sustentasse uma crença teórica na soberania popular e na autodeterminação, suas ações concretas por vezes minavam esses mesmos compromissos.⁵

O artigo restringe a abordagem a esses três aspectos do pensamento de Jefferson a fim de demonstrar que não é apenas uma parte de sua filosofia que é suscetível a um idealismo romântico que se manifesta por meio de formas antidemocráticas. Pelo contrário, o idealismo de Jefferson permeia grande parte de seu pensamento, inclusive aspectos de sua arte de governar. Para ilustrar a continuidade desse idealismo democrático ao longo de vários aspectos da filosofia de Jefferson, se opta pela amplitude de vários exemplos em vez da profundidade de um único — embora aqui se tenha tentado equilibrar os dois na maior medida possível. O espaço para uma análise mais aprofundada de qualquer uma dessas ideias deve ficar para outro momento, pois este é simplesmente uma introdução à ideia de que, quaisquer que tenham sido as outras inclinações de Jefferson — e de fato houve outras —, uma mentalidade de idealismo democrático que frequentemente colide com as restrições reais da soberania popular está presente em todo o seu pensamento. Não é preciso dizer que houve muitas outras influências sobre o pensamento de Jefferson. Como os demais redatores da Constituição dos Estados Unidos, Jefferson estava imerso na tradição republicana agrária, familiarizado com o *common law* britânico, com a tradição do direito natural e, é claro, com a história da cultura cívica greco-romana. Tudo isso já foi bem documentado e explorado de forma acadêmica. Tratar em profundidade qualquer uma

⁵ Walter McDougall observa que Jefferson é meramente um idealista no pensamento, e não na prática: “Encontram-se evidências de idealismo ao longo de seus escritos e de sua conversação à mesa. Buscam-se em vão na sua arte de governar.” Walter McDougall, *Promised Land, Crusader State: The American Encounter with the World since 1776* (Nova York: Houghton Mifflin, 1997), 32.



dessas linhas de pensamento não apenas desviaria do propósito principal deste artigo, como também pouco contribuiria para uma nova compreensão de Jefferson.

2. O AGRARIANISMO JEFFERSONIANO

A fé de Jefferson no povo comum e sua ênfase na igualdade fizeram com que seu amor pelo “republicanismo” se transformasse, no imaginário público, em amor pela democracia — e por boas razões. A definição de republicanismo de Jefferson como “governo pelos cidadãos em massa, agindo direta e pessoalmente, segundo regras estabelecidas pela maioria” assemelha-se ao que hoje consideramos democracia direta, e essa é a interpretação de republicanismo à qual Jefferson se apegou tenazmente.⁶ Embora não acreditasse que a democracia direta fosse possível para além de um pequeno município da Nova Inglaterra, ele acreditava que o governo deveria ser tão responsável e responsivo ao povo quanto possível. Jefferson tem sido historicamente associado à “democracia jeffersoniana” precisamente por seus aparentes instintos democráticos, evidenciados, por exemplo, em queixas como a de que “nossos governos têm muito menos de republicanismo do que se deveria esperar” e que “o povo tem menos controle regular sobre seus agentes do que seus direitos e interesses exigem.”⁷ Jefferson frequentemente elogia o “bom senso” do povo e contrapõe a população corrupta das cidades da Velha Europa aos “independentes, felizes e, portanto, ordeiros cidadãos dos Estados Unidos.”⁸ Em certos momentos, Jefferson foi fanático em sua fé no povo. Em 1787, Jefferson disse que, se fosse provado errado — que os homens não podem ser confiados a se autogovernar —, “eu concluiria, ou que não há deus, ou que ele é um ser malévol.”⁹ Mas Jefferson admirava especialmente a condição agrária da América colonial. Se Deus tinha um povo escolhido, opinou Jefferson em sua célebre frase, são “aqueles que labutam na terra.”¹⁰

⁶ Jefferson a John Taylor, 28 de maio de 1816, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-10-02-0053>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Jefferson a David Hartley, 2 de julho de 1787, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-11-02-0441>, acesso em 10 de setembro de 2021.

¹⁰ Query XIX em *Notes on the State of Virginia*, org. William Peden (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1955), 164–65.



Os sentimentos agraristas de Jefferson fundamentaram sua visão da república americana. Os agraristas são, segundo Jefferson, autossuficientes, não dependentes “das casualidades e caprichos dos clientes,” como são os comerciantes e profissionais que Jefferson abertamente desdenha como nocivos à república.¹¹ Jefferson atribui a virtude simples que percebe nos agraristas à natureza de seu trabalho, e imagina que a independência econômica se correlaciona com a independência política. “Os cultivadores da terra são os cidadãos mais virtuosos e independentes,” escreve Jefferson a John Jay em 1785.¹² O fazendeiro ianque é, para Jefferson, o exemplo supremo daquele que pensa por si mesmo porque trabalha para si mesmo. A vida urbana, ao contrário, é intrinsecamente corruptora. Esses “poços de miséria voluntária,” acredita Jefferson, estão cheios de transitoriedade e povoados por aqueles que preferem obter lucro a cultivar a terra.¹³ Os comerciantes “não têm pátria,” denuncia Jefferson. “O mero lugar onde estão não constitui um apego tão forte quanto aquele de onde extraem seus ganhos.”¹⁴ Tais habitantes das cidades, insiste Jefferson, não conseguem bem exhibir as virtudes democráticas da liberdade, do autogoverno e da igualdade.

Embora certamente não fosse o único a apreciar a vida agrária, Jefferson diferia de fundadores como John Adams e George Washington que, embora também propensos a elogios agrários, não consideravam esse modo de vida uma fonte exclusiva das virtudes democráticas.¹⁵ Para Jefferson, em contraste, o modo de vida agrário em grande medida *cria* as virtudes que sustentam a democracia. “Penso que nossos governos permanecerão virtuosos por muitos séculos, enquanto forem essencialmente agrícolas,” escreve Jefferson

¹¹ Query XIX em *Notes*. Idem.

¹² Jefferson a John Jay, 23 de agosto de 1785, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-08-02-0333>, acesso em 10 de setembro de 2021.

¹³ Jefferson a David Williams, 14 de novembro de 1803, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-41-02-0545-0003>, acesso em 10 de setembro de 2021.

¹⁴ Jefferson a Horatio G. Spafford, 17 de março de 1814, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-07-02-0167>, acesso em 10 de setembro de 2021.

¹⁵ Adams costumava escapar do “tagarelar” das ruas de Boston para a fazenda de sua família, que “punha a mente em um estado de agitação e reflexão.” Até mesmo Hamilton, de resto muito diferente de Jefferson, admite que a agricultura “tem, intrinsecamente, uma forte pretensão à preeminência sobre qualquer outro tipo de indústria,” produzindo “um estado mais favorável à liberdade e à independência da mente humana.” James Madison também chama a agricultura de “preeminentemente apropriada ao conforto e à felicidade do indivíduo.” George Washington, aclamado como um Cincinato americano, reflete com carinho: “Ver as plantas brotarem da terra e florescerem pela habilidade superior e pela generosidade do trabalhador enche a mente contemplativa de ideias mais fáceis de conceber do que de exprimir.” Ver Carl J. Richard, *The Founders and the Classics* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995), 165; Alexander Hamilton, “Report on Manufactures,” em *Selected Writings and Speeches of Alexander Hamilton*, org. Morton J. Frisch (Washington, DC: American Enterprise Institute, 1985), 280.



a James Madison em 1787.¹⁶ Jefferson admira o agrarianismo porque o vê como uma instituição que sustenta as condições estruturais para a liberdade. Constituintes como John Adams e Alexander Hamilton, porém, esperavam mitigar os efeitos do vício e da facção por meio de diversos mecanismos inscritos na Constituição. Sua compreensão da natureza humana como essencialmente dividida entre inclinações boas e más, no entanto, impedia que confiassem que mesmo um empreendimento tão salutar quanto a agricultura pudesse perpetuar indefinidamente as virtudes necessárias a uma república autogovernada.

No entanto, as inclinações de Jefferson para o racionalismo iluminista e seu ceticismo quanto ao valor da tradição e da religião ortodoxa traem uma visão concorrente da república americana em geral e do agrarianismo em particular. Jefferson frequentemente interpreta o agrarianismo como uma forma de desenraizamento social e histórico, mais alinhada com os sentimentos de um idealista sonhador como St. John de Crèvecoeur do que com o próprio fazendeiro ianque. De Crèvecoeur sustentava que o fazendeiro americano representava um “homem novo”. Ele havia, insiste de Crèvecoeur, abandonado “todos os seus antigos preconceitos e costumes” e recebido “novos a partir do novo modo de vida que abraçou.”¹⁷ O notório desdém de Jefferson pelos modos tradicionais de vida e sistemas de crença, especialmente aqueles que associava ao “Velho Mundo,” corrobora essa noção. Aqueles que se apegam a crenças tradicionais, Jefferson condena como irracionais, obedientes ao “mistério e à charlatanice.”¹⁸ As lições daquelas “eras da mais escura ignorância” têm pouco valor político, insiste Jefferson repetidamente. Ele sugere que os americanos fariam bem em se distanciar dos costumes de seus antepassados. Nenhum experimento político poderia ser “tão estúpido... tão destrutivo de todo fim para o qual homens honestos entram no governo” quanto os de nossos ancestrais, disse ele.¹⁹

Contudo, isso ignora o elemento tradicional do agrarianismo e a natureza profundamente religiosa da maioria dos americanos, especialmente dos americanos rurais. Na primeira metade do século XVIII, estima-se que de 75 a 80 por cento da população

¹⁶ Jefferson a James Madison, 20 de dezembro de 1787, <https://founders.archives.gov/documents/Madison/01-10-02-0210>, acesso em 10 de setembro de 2021.

¹⁷ St. John de Crèvecoeur, “Letters From an American Farmer: Letter III (1782),” https://avalon.law.yale.edu/18th_century/letter_03.asp, acesso em 10 de setembro de 2021.

¹⁸ Jefferson a Joseph Priestley, 21 de março de 1801, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-33-02-0336>, acesso em 10 de setembro de 2021.

¹⁹ Jefferson a François D'Ivernois, 6 de fevereiro de 1795, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-28-02-0196>, acesso em 10 de setembro de 2021.



frequentava igrejas, e a crença religiosa estava em ascensão.²⁰ Jefferson, por um lado, elogia o piedoso lavrador que olha “para o céu,” e exalta as virtudes da laboriosidade constante, reconhecendo implicitamente que o modo de vida agrário é essencialmente tradicional.²¹ Mas, por outro lado, Jefferson é muito crítico do cristianismo tradicional, chegando a denunciar certas constituições estaduais como “envenenadas pelo clericalismo.”²² Como conciliar a crença aparentemente irrestrita de Jefferson na virtude e na capacidade de autogoverno do povo americano com sua condenação dos crentes tradicionais, o povo que ele acusa “de ignorância vulgar, de coisas impossíveis, de superstições, fanatismos e fabricações”?²³ Muitas dessas pessoas, à época, eram os próprios agricultores. O elogio de Jefferson ao enraizamento da vida agrária sugere que, em certo nível, ele compreende essa visão conservadora.²⁴ No entanto, sua crença de que o experimento americano prova haver de fato algo “novo sob o sol” demonstra que Jefferson vê no fazendeiro americano um símbolo ou representação abstrata daquilo que ele entende ser um “homem novo”, ideia em descompasso com a natureza real e histórica do agrarianismo.²⁵

O agrarianismo idealizado de Jefferson era em parte guiado por sua crença no papel providencial da América na história. Ernest Lee Tuveson, em seu exame do que considera ser uma tradição milenarista no pensamento americano, argumenta que Jefferson tem lugar entre aqueles que veem a América como “escolhida.” Se Jefferson vê a América como excepcional, diz Tuveson, é porque os americanos pertencem em grande medida à classe dos agraristas, o “povo escolhido”.²⁶ Eles são escolhidos por causa de seu modo de vida puro e pastoral, que representa os costumes simples e a inocência do Novo Mundo, uma ruptura decisiva com o corrupto Velho Mundo. Jefferson parece ter visto os agraristas como representantes dos americanos em geral. Afinal, a maioria dos americanos

²⁰ Ver Patricia U. Bonomi, *Under the Cope of Heaven: Religion, Society, and Politics in Colonial America* (Nova York: Oxford University Press, 2003), 274.

²¹ Jefferson, Query XIX em *Notes*.

²² Jefferson a John Taylor, 28 de maio de 1816, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-10-02-0053>, acesso em 10 de setembro de 2021.

²³ Jefferson a William Short, 4 de agosto de 1820, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-1438>, acesso em 10 de setembro de 2021.

²⁴ Edmund Burke, *Reflections on the Revolution in France*, org. J. G. A. Pocock (Indianapolis: Hackett, 1987), 30.

²⁵ Jefferson a Joseph Priestley, 21 de março de 1801, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-33-02-0336>, acesso em 10 de setembro de 2021.

²⁶ Ernest Lee Tuveson, *Redeemer Nation: The Idea of America's Millennial Role* (Chicago: University of Chicago Press, 1980; publicado originalmente em 1968), 109.



eram agricultores. Ao depreciar aqueles que ganham a vida através do comércio, assim como depreciava aqueles que lhe parecem simpatizar com a monarquia ou com a religião ortodoxa, Jefferson imagina que a essência da América é simples, moral, agrária, republicana e esclarecida, na medida em que a América é uma nação inteiramente nova, construída não sobre a tradição, mas sobre princípios. Aqueles que se desviam da filosofia americana, tal como ele a entende, pertencem em espírito ao Velho Mundo.

A nostalgia entrelaçada de Jefferson por um Éden imaginado, somada à crença de que a vontade e a racionalidade humanas podem forjar um novo paraíso pastoral, tem raízes no pensamento romântico, para o qual Jean-Jacques Rousseau é uma referência fundamental e se relaciona com Jefferson de mais de uma maneira. Tuveson observa ainda que o pastoralismo de Jefferson “ecoava a crença de Rousseau de que a ‘dependência’, que ‘engendra subserviência e venalidade’, é o ‘progresso natural e consequência das artes’.”²⁷ Susan Dunn igualmente compara Jefferson a Rousseau nesse aspecto. O *Discurso sobre as Ciências e as Artes* de Rousseau, marco da perspectiva romântica em sua crítica à alta cultura e aos modos “antinaturais” da vida civilizada, evoca a afirmação de Jefferson: “Considero as grandes cidades pestilentas para a moral, a saúde e as liberdades do homem. É verdade que elas nutrem algumas das artes elegantes, mas as úteis podem prosperar em outros lugares, e menos perfeição nas demais, com mais saúde, virtude e liberdade, seria minha escolha.”²⁸ Talvez não seja coincidência que Jefferson sustente uma visão de republicanismo (ou o que hoje se chamaria de democracia) semelhante à de Rousseau. Décadas antes, Rousseau havia articulado uma visão bifurcada da vontade do povo: uma vontade historicamente manifesta, *la volonté de tous*, ou “a vontade de todos,” por um lado, e uma vontade ideal, ou a “Vontade Geral,” por outro.²⁹ Segundo Rousseau, “se, quando um povo suficientemente informado delibera, e os cidadãos não tivessem comunicação alguma entre si, a Vontade Geral resultaria sempre do grande número de pequenas diferenças, e a deliberação seria sempre boa.”³⁰ Jefferson, como Rousseau, afirmava ter grande fé na humanidade quando deixada em um estado quase natural ou agrário, acreditando que o povo tenderia naturalmente ao ideal democrático, algo semelhante à “Vontade Geral.” Jefferson equiparava a “vontade da maioria” à “lei natural

²⁷ Idem.

²⁸ Dunn, *The Social Contract and the First and Second Discourses*, 2, 29n3.

²⁹ Ver Jean-Jacques Rousseau, “On the Social Contract,” em *The Basic Political Writings*, org. Donald A. Cress (Indianapolis: Hackett, 2011), 173.

³⁰ Idem.



de toda sociedade,” acreditando que, embora ela “às vezes possa errar... seus erros são honestos, solitários e de curta duração.”³¹ A crença de Jefferson de que a vontade da maioria constitui uma lei natural revela sua crença em uma vontade popular ideal, tanto normativa quanto inevitável. Como Rousseau, Jefferson sugere que a vontade majoritária que erra não é a verdadeira vontade do povo. Isso guarda notável semelhança com a convicção de Rousseau de que a Vontade Geral deveria triunfar como norma política quando dadas as circunstâncias corretas, que incluem um povo “suficientemente informado” e deixado a seus próprios meios naturais, à margem das normas tradicionais.³²

O lado romântico de Jefferson na verdade complementa sua fé iluminista, resultando em uma filosofia política que espera um “progresso” rumo a um modo de vida mais simples, refletido em um passado imaginário. Assim, talvez não seja tão paradoxal quanto pode parecer que Jefferson, como romântico, desejasse um modo de vida mais simples, livre das acumulações da tradição e das complexidades do comércio moderno, e ao mesmo tempo sustentasse uma fé iluminista no progresso científico capaz de produzir um futuro melhor. O crítico literário e estudioso de Rousseau e do romantismo do século XX, Irving Babbitt, lança luz sobre esse aparente paradoxo. Tanto o rousseauiano quanto

³¹ Jefferson, “Address of Welcome by the Citizens of Albermarle and Jefferson’s Response,” 12 de fevereiro de 1790, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-16-02-0094-0003>, acesso em 10 de setembro de 2021.

³² Thomas Jefferson possuía um exemplar do *Contrato Social* de Rousseau em sua biblioteca em Monticello. Ver Emily Millicent Sowerby, org., *Catalogue of the Library of Thomas Jefferson*, 5 vols. [1952–59], vol. 3, n. 2338. E, como ávido francófilo interessado na política francesa, ele deve ter estado bastante familiarizado com a teoria do republicanismo do genebrino, que em tantos aspectos espelhava a sua própria. Muitos já compararam Jefferson a Rousseau. Para citar apenas alguns: para uma comparação pontual entre as inclinações democráticas de Jefferson e Rousseau, ver Claes G. Ryn, *Democracy and the Ethical Life*, cap. 11, “Constitutionalism versus Plebiscitarianism,” e cap. 12, “The General Will.” Ryn compara o desejo de Jefferson de que “toda forma de governo fosse tão perfeitamente concebida, que a vontade da maioria pudesse sempre ser obtida, de forma justa e sem impedimentos” à Vontade Geral de Rousseau e à sua crença de que “nenhuma lei que o povo não tenha ratificado pessoalmente é válida; não é lei alguma.” Ver pp. 183, 117–18. Outros, incluindo Will e Ariel Durant, comentaram a influência de Rousseau sobre a redação da Declaração de Independência por Jefferson. Ver *The Story of Civilization: Rousseau and Revolution*, vol. 10 (Nova York: Simon & Schuster, 1967), 891. Jason Robles, em sua tese “An Honest Heart and a Knowing Head: A Study of the Moral, Political, and Educational Thought of Jean-Jacques Rousseau and Thomas Jefferson” (tese de doutorado inédita, University of Colorado, 2012), argumenta que “a visão jeffersoniana de um governo republicano ‘do povo, pelo povo e para o povo’ — convive confortavelmente com a teoria de Rousseau,” iii. Conor Cruise O’Brien compara o desejo de Jefferson de que a Grã-Bretanha fosse forçosamente “libertada” pela França revolucionária à ideia de Rousseau de que o povo poderia ser “forçado a ser livre” sob a Vontade Geral. O’Brien observa ainda que, embora Jefferson, até onde sabe a autora, jamais tenha reconhecido explicitamente uma dívida com Rousseau, não devemos “entender com isso que a dívida não existia.” Pois “Jefferson, sempre atentamente vigilante, em sua longa marcha rumo à presidência, às considerações de vantagem e desvantagem política, certamente estava bem ciente de que reconhecer uma dívida com Rousseau seria politicamente prejudicial.” Ver Conor Cruise O’Brien, “Rousseau, Robespierre, Burke, Jefferson, and the French Revolution,” em *The Social Contract and the First and Second Discourses: Jean-Jacques Rousseau*, org. Susan Dunn (New Haven, CT: Yale University Press, 2002), 306–8.



o baconiano, diz Babbitt, rejeitam a tradição como norma e, em vez disso, voltam-se para um “evento divino distante”. “O próprio Rousseau situou sua era dourada no passado, mas nada é mais fácil do que ser rousseauniano e, ao mesmo tempo, como o baconiano, situar sua era dourada no futuro,” diz Babbitt.³³ A fé em um futuro imaginado no qual a democracia “genuína” ou ideal possa ser realizada é uma esperança compartilhada pelo romântico e pelo racionalista iluminista — as duas inclinações gêmeas de Jefferson. “As numerosas diferenças entre o baconiano e o rousseauniano são, em comparação com essa semelhança subjacente na qualidade de sua ‘visão’, pouco importantes,” observa Babbitt.³⁴ Jefferson, que certa vez incluiu Francis Bacon entre sua trindade sagrada, representa em certa medida esse baconiano-rousseauniano e demonstra a compatibilidade um tanto inesperada entre a visão romântica e a visão racionalista iluminista.

O compromisso retórico de Jefferson com o agrarianismo era provavelmente mais simbólico do que substantivo. Ele desempenhou papel decisivo em sua visão romântico-iluminista de uma existência inteiramente nova para os Estados Unidos. O fazendeiro, para Jefferson, representava o nascimento de uma nação pura e simples. Se os pequenos proprietários de fato se apegavam firmemente a crenças religiosas, a “superstições” e a modos tradicionais de vida que Jefferson ridicularizava em seus escritos e conversas era, em grande medida, irrelevante para a visão imaginativa de Jefferson. Jefferson abstraiu de sua condição de pequenos agricultores livres traços metafísicos de liberdade e igualdade que equiparava à nação como um todo. Para Jefferson, o pequeno agricultor americano não era uma continuação da prática secular da agricultura, dependente de costumes tradicionais e enraizada em suas crenças. Em vez disso, e paradoxalmente, esse povo historicamente tradicional representava uma *tabula rasa*, simples e pura, mas que precisava ser “suficientemente informada,” para tomar emprestada a linguagem de Rousseau, a fim de apreciar a visão democrática que Jefferson imagina.³⁵

³³ Irving Babbitt, *Democracy and Leadership* (Indianapolis: Liberty Fund, 1979), 139.

³⁴ Babbitt, *Democracy and Leadership*, 139.

³⁵ A comparação com Rousseau poderia prosseguir aqui com o *Emílio* de Rousseau, cujo personagem-título busca orientação em seu preceptor. Paradoxalmente, um educador esclarecido é necessário para extrair de Emílio as virtudes da espontaneidade e da bondade natural. Tendo recebido essa educação, Emílio, ao final, opta por viver no campo, longe da vida degradante da cidade, em algo que se poderia chamar de estado quase natural.



3. A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DE JEFFERSON: UM REFLEXO DE SEU IDEALISMO DEMOCRÁTICO

Dada a propensão de Jefferson para esse tipo de pensamento iluminista, não deveria surpreender de todo que Jefferson, embora lembrado por alguns como “acima de tudo um agricultor,” tenha saudado Francis Bacon, Isaac Newton e John Locke como a “trindade dos três maiores homens que o mundo já produziu.”³⁶ A filosofia da educação de Jefferson consagra essa crença. Para Jefferson, um sistema abrangente de educação deveria incutir no povo novas crenças, especialmente as mais “científicas,” em oposição às “supersticiosas.” Jefferson desejava ver a difusão do pensamento científico e racional entre seus compatriotas, que, acreditava ele, se beneficiariam de “um seminário geral das ciências destinado ao uso do estado.”³⁷ Os virginianos, em particular, acreditava Jefferson, eram propensos a velhos modos de pensar e não apreciavam suficientemente os princípios iluministas. Jefferson, em contraste, acreditava que a ciência e a moral deveriam ser ensinadas de forma universal e sistemática. A educação doméstica e o ensino domiciliar limitado que a maioria das crianças recebia no sul rural, com o ensino superior reservado aos poucos abastados, não era, pensava Jefferson, propício ao republicanismo. Em vez disso, a educação deveria estar amplamente disponível (para todas as crianças livres, brancas e do sexo masculino) independentemente da renda, e deveria ensinar todas as “ciências úteis.”

Jefferson esperava que, por meio de uma tributação modesta, os Estados pudessem “estabelecer de uma vez e manter para sempre um sistema de escolas primárias ou distritais, e uma universidade onde se pudesse ensinar, em seu mais alto grau, todo ramo da ciência útil em nosso tempo e país: e isso nos livraria do tributo do toryismo, do fanatismo e da indiferença para com seu próprio Estado.”³⁸ A educação geral deveria

³⁶ Citado por Joyce Appleby, “Commercial Farming and the ‘Agrarian Myth’ in the Early Republic,” *The Journal of American History* 68, n. 4, 833. Jefferson a Benjamin Rush, 16 de janeiro de 1811, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-03-02-0231>, acesso em 10 de setembro de 2021.

³⁷ Jefferson a Joseph C. Cabell, 10 de setembro de 1817, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-12-02-0011>, acesso em 10 de setembro de 2021.

³⁸ Jefferson a Charles Yancey, 6 de janeiro de 1816, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-09-02-0209>, acesso em 10 de setembro de 2021.



fornece um nível básico de conhecimento para que o povo pudesse discernir e escolher líderes qualificados, e o ensino superior deveria orientar os futuros estadistas nos princípios do republicanismo. A ênfase iluminista que Jefferson imaginava orientar o ensino, do nível primário ao superior, ajudaria, acreditava ele, a fazer avançar a moralidade junto com a investigação racional. Com o esclarecimento geral, “a tirania e as opressões do corpo e da mente desaparecerão como espíritos malignos ao amanhecer,” diz Jefferson.³⁹ Jefferson acreditava que “a educação e a livre discussão” serviriam como antídotos para o tipo de pensamento reincidente que ele deplorava — “fanatismo,” “ignorância” e “jesuitismo.”⁴⁰

Para Jefferson, a educação é importante por seu papel político e social. Cameron Addis observa que, para Jefferson, a educação era “tão crucial para o esforço revolucionário de longo prazo de refazer a sociedade quanto os mosquetes e os manifestos o foram para o esforço de curto prazo de garantir a independência.”⁴¹ Jefferson parecia convencido de que a educação não dizia respeito simplesmente à livre investigação e ao desenvolvimento de “habilidades de pensamento crítico,” mas à mudança da própria forma como as pessoas pensam, especialmente aquelas que ele via como retrógradas e “ignorantes.” A educação de massas em princípios democráticos e ensinamentos iluministas deveria ser o veículo por meio do qual uma república autogovernada poderia se manter. Embora os colonos já tivessem vencido uma guerra de independência em nome dessas crenças, Jefferson temia que os ganhos se perdessem sem um sistema que perpetuasse a capacidade do povo de se autogovernar. Para Jefferson, isso significava impedir que o povo fosse seduzido pela monarquia, pela religião ortodoxa que a sustentava e, de modo geral, por formas de pensar “retrógradas,” que tendiam a valorizar a tradição e pareciam impedir novas formas de pensar e agir. Jefferson frequentemente se preocupava com os efeitos do clero e dos “aventureiros políticos” conspirando contra o povo, e esperava assegurar o bom senso da população em geral por meio de uma educação esclarecida.⁴²

Para Jefferson, uma educação esclarecida deveria enfatizar as “ciências úteis,” mas não, como ele tinha o cuidado de notar, a teologia ou a ética. A ética, escreve Jefferson,

³⁹ Jefferson a Pierre Samuel Dupont de Nemours, 24 de abril de 1816, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-09-02-0471>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁴⁰ Jefferson a John Adams, 1 de agosto de 1816, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-10-02-0173>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁴¹ Cameron Addis, “Jefferson and Education,” *The Journal of Southern History* 72, n. 2 (2006), 457.

⁴² Jefferson a Gideon Granger, 3 de maio de 1801, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-34-02-0013-0001>, acesso em 10 de setembro de 2021.



“pode ser adquirida tão bem no gabinete quanto com professores vivos.”⁴³ A capacidade de raciocinar cientificamente e de tirar conclusões a partir de fatos empíricos é, em grande medida, suficiente para preparar governantes e cidadãos para as exigências da democracia, cujo principal desafio, indica Jefferson, é técnico e uma questão de percepção sensorial. Aguçar as capacidades de raciocínio permitirá reconhecer patifes e demagogos, acreditava Jefferson, e impedirá a ascensão de políticos ambiciosos que buscam seus próprios fins em vez do bem comum. Devidamente educados, os cidadãos se inclinarão a discernir os melhores (“aristoi”) entre si para governar. Desvios disso seriam a exceção, não a regra. “Em alguns casos, a riqueza pode corromper, e o nascimento pode cegar; mas não em grau suficiente para colocar em risco a sociedade,” diz Jefferson.⁴⁴ Em geral, Jefferson tem grande fé em um sistema de educação, devidamente organizado e administrado, para sanar os males da nova república. Em particular, Jefferson acredita que uma educação esclarecida desabusará o povo de crenças federalistas equivocadas. Jefferson imagina que a aristocracia instruída valorizará os mesmos princípios de governo que ele, os *verdadeiros* princípios do republicanismo. Jefferson ridiculariza, por exemplo, os “funcionários do poder público” que encarnam as crenças federalistas.⁴⁵ Aqueles educados nos métodos iluministas de raciocínio científico e na aplicação da racionalidade abstrata chegarão naturalmente, acredita Jefferson, às mesmas conclusões que ele sobre política e organização social.

As opiniões de Jefferson sobre educação revelam uma das tensões centrais em sua compreensão idealista da democracia. Por um lado, Jefferson acredita que “os males decorrentes das enganações do povo são menos prejudiciais do que aqueles provenientes do egoísmo de seus agentes,” mas, por outro lado, ele não vê papel pequeno para um sistema de educação, bem como para uma aristocracia educada, em conduzir o povo rumo ao esclarecimento. Há uma parte de Jefferson que, como pensadores tais como Diderot e Voltaire, “deplorava o gosto geral” das massas.⁴⁶ Jefferson louva os modos simples dos pequenos agricultores como os mais virtuosos, mas, ao mesmo tempo, acredita que a

⁴³ Jefferson a Thomas Cooper, 14 de agosto de 1820, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-1453>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁴⁴ Jefferson a John Adams, 28 de outubro de 1813, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-06-02-0446>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁴⁵ Jefferson a John Taylor, 28 de maio de 1816, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-10-02-0053>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁴⁶ Ver Paul Zummo, “Thomas Jefferson’s America: Democracy, Progress, and the Quest for Perfection” (dissertação de doutorado inédita, The Catholic University of America, 2008), esp. cap. 1.



educação, incluindo a educação informal do povo por meio de seus líderes políticos, deve cultivar o pensamento correto. Em carta a seu procurador-geral Levi Lincoln, sobre a separação entre Igreja e Estado, Jefferson admite sentir o dever de “[semear] verdades e princípios úteis entre o povo, que poderiam germinar e se enraizar entre seus credos políticos.”⁴⁷ De fato, em 1800 Jefferson acreditava que havia chegado a hora da ascensão de uma nova classe dirigente, liderada por ele.

A maioria das pessoas, segundo Jefferson, não está apta a governar. “A urze e a sarça jamais poderão se tornar a videira e a oliveira,” escreve Jefferson.⁴⁸ Os mais talentosos devem formar uma classe de liderança política, uma aristocracia natural.⁴⁹ Aqueles dotados de “virtude e talentos,” Jefferson “considera como o mais precioso dom da natureza, para a instrução, a confiança e o governo da sociedade.”⁵⁰ Jefferson concebeu um sistema específico de educação capaz de moldar as crenças e o ethos nacionais de acordo com sua própria visão. Quando chegou o momento de Jefferson assumir as rédeas do poder, ele “buscou formar uma falange republicana, composta pelos ‘talentos e virtudes de nosso país’,” diz David N. Mayer.⁵¹ Isto é, Jefferson não tentou consagrar o sistema de crenças efetivo dos devotos agricultores americanos, mas propôs sua própria visão esclarecida para a república americana. Por exemplo, ele inaugurou o apoio governamental às ciências, dedicando-se, como observou um historiador, “à aplicação da ciência como meio mais certo de avanço nacional e felicidade humana na nova república.”⁵² Isso se harmonizava com a fé iluminista de Jefferson de que “as leis e instituições devem caminhar lado a lado com o progresso da mente humana... À medida que esta se torna mais desenvolvida, mais esclarecida, à medida que novas descobertas são feitas, novas

⁴⁷ Jefferson a Levi Lincoln, 1 de janeiro de 1802, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-36-02-0152-0004>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁴⁸ Jefferson a Cornelius C. Blatchly, 21 de outubro de 1822, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-3106>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁴⁹ Ver Jefferson a Adams, 28 de outubro de 1813, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-06-02-0446>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ David N. Mayer, *The Constitutional Thought of Thomas Jefferson* (Charlottesville: University Press of Virginia, 1994), 122.

⁵² Robert K. Faulkner, “Spreading Progress: Jefferson’s Mix of Science and Liberty,” *The Good Society* 79, n. 1 (2008): 26. Ver também Silvio A. Bedini, *Thomas Jefferson, Statesman of Science* (Nova York: Macmillan, 1990).



verdades reveladas, e os costumes e opiniões mudam com a mudança das circunstâncias, as instituições devem avançar também.”⁵³

Jefferson tendia a acreditar que o “esclarecimento” e a aplicação da racionalidade resultariam, por fim, em cidadãos unidos em torno de uma compreensão compartilhada do ideal democrático — sua compreensão. Em carta a John Taylor, na qual Jefferson expressa sua fé em que o povo estava “recuperando sua verdadeira visão,” afastando-se do federalismo, ele descreve a administração de Adams como um “reinado de bruxas.”⁵⁴ Adams, na mente de Jefferson, conduziu o bom povo ao erro e se desviou dos “verdadeiros princípios” de governo. Embora Jefferson acredite que os princípios da democracia, tal como ele os entende, sejam autoevidentes e discerníveis pela racionalidade, ele parece descobrir continuamente a sociedade se desviando daquilo que deveria ser a norma. Jefferson sugere que aqueles que pudessem discordar dele quanto à forma que o governo americano deveria assumir estão em erro. Seu primeiro discurso inaugural é revelador: “Se houver entre nós algum que deseje dissolver esta União ou alterar sua forma republicana, que permaneçam imperturbados como monumentos da segurança com que o erro de opinião pode ser tolerado onde a razão é deixada livre para combatê-lo.” A compreensão de Jefferson sobre o que constitui o republicanismo parece ser, para ele, a palavra final. Aqueles que discordassem da concepção de republicanismo de Jefferson pertenceriam, segundo ele, à “facção dos Monocratas.”⁵⁵ Jefferson tem o cuidado, no entanto, de atribuir essas opiniões a líderes facciosos, que considera “incuráveis,” e não ao povo propriamente dito.⁵⁶

Que outros pudessem ter uma ideia diferente sobre o que é normativo em democracia — por exemplo, em que medida “a ação direta dos cidadãos” é desejável e possível (algo que Jefferson sugere ser uma arte e não uma ciência) — não parece ocorrer a Jefferson como uma possibilidade legítima.⁵⁷ Jefferson desejava ver promovidos aos

⁵³ Jefferson a Samuel Kercheval, 12 de julho de 1816, <https://founders.archives.gov/?q=jefferson%20henry%20tompkinson&s=1111311111&sa=&r=2&sr=>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁵⁴ Jefferson a John Taylor, 4 de junho de 1798, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-30-02-0280>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁵⁵ Jefferson a James Madison, 28 de dezembro de 1794, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-28-02-0171>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁵⁶ Jefferson a James Monroe, 7 de março de 1801, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-33-02-0166>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁵⁷ Jefferson a John Taylor, 28 de maio de 1816, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-10-02-0053>, acesso em 10 de setembro de 2021.



cargos públicos aqueles que compartilhassem sua compreensão do governo apropriado, e acreditava que um sistema de educação cuidadosamente elaborado poderia contribuir muito para promover sua concepção de democracia. Embora Jefferson frequentemente enfatizasse a necessidade de levar em conta circunstâncias particulares e administrar a educação localmente, sua abordagem sistemática e seu plano para um currículo universal traíam um impulso concorrente e universalista. O “sistema de distritos” quimérico de Jefferson, por exemplo, era uma tentativa de racionalizar e universalizar a educação e reflete sua compreensão paradoxal da democracia. O que Jefferson chama de “a invenção mais sábia já concebida pelo engenho humano” é um esquema destinado a proporcionar educação universal e democracia direta por meio da subdivisão dos condados em distritos.⁵⁸ O sistema deveria educar todas as crianças livres, brancas e do sexo masculino, e viabilizar a democracia em sua forma mais pura (dentro dessas restrições, é claro). Os distritos teriam “cerca de 5 ou 6 milhas quadradas” e administrariam muitos de seus próprios assuntos, incluindo a educação pública, e cada membro teria “voz igual na direção de seus negócios.”⁵⁹ Esse aparente esboço de governo democrático descentralizado contribui para a reputação de Jefferson como o arquidemocrata da América. No entanto, pode haver outra interpretação desse esquema de distritos. Hannah Arendt compara o sistema de distritos de Jefferson a outros programas revolucionários racionalmente concebidos de poder ao povo. “Tanto o plano de Jefferson quanto as *sociétés révolutionnaires* francesas anteciparam, com extrema e estranha precisão, aqueles conselhos, *soviets* e *Räte*, que viriam a fazer sua aparição em toda revolução genuína ao longo dos séculos XIX e XX.”⁶⁰ Concebidos para descentralizar radicalmente o poder e dar ao povo o controle total do governo, esses conselhos rapidamente se tornaram aparatos de controle revolucionário, como evidenciado, por exemplo, na apropriação por Napoleão dos oitenta e três departamentos criados em 1790, que haviam sido concebidos para descentralizar o poder e oferecer democracia local

⁵⁸ Jefferson a Samuel Kercheval, 12 de julho de 1816, <https://founders.archives.gov/?q=jefferson%20henry%20tompkinson&s=1111311111&sa=&r=2&sr=>, acesso em 10 de setembro de 2021. Ver Thomas Jefferson, “A Bill for the More General Diffusion of Knowledge.” Jefferson explica que os condados seriam divididos em distritos de “centenas” (alusão à prática inglesa e feudal de organização subcondal), “de modo a conter um número conveniente de crianças para formar uma escola, e ter tamanho conveniente para que todas as crianças de cada centena pudessem frequentar diariamente a escola ali estabelecida.”

⁵⁹ Jefferson a Samuel Kercheval, 12 de julho de 1816, <https://founders.archives.gov/?q=jefferson%20henry%20tompkinson&s=1111311111&sa=&r=2&sr=>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁶⁰ Hannah Arendt, *On Revolution* (Penguin Classics, 2006), 241.



em toda a França. Napoleão cooptou a administração, assegurando que sua visão fosse posta em prática, e não a diversidade de visões dos funcionários locais. Os “soviets” russos sofreram destino semelhante após a revolução.

Embora talvez destinados a proporcionar democracia direta, esquemas revolucionários baseados na crença baconiana de que “devemos recomeçar desde os próprios fundamentos” derivam da crença de que a sociedade, tal como historicamente constituída, é inadequada e deve ser refeita segundo uma visão melhor, mais racional e, acima de tudo, *unificada*.⁶¹ Será que o sistema de distritos de Jefferson é mais um exemplo de um esquema racionalmente concebido destinado a padronizar e centralizar? Ele sentia que o sistema de educação existente, diverso e sem padronização ou controle centralizado, era inadequado. Além disso, Jefferson era claro quanto ao que acreditava que deveria ser uma educação apropriada, ridicularizando noções concorrentes que enfatizassem, por exemplo, a religião e a ética tradicionais. Os exemplos de esquemas revolucionários apresentados neste artigo revelam que, com frequência, o ideal de descentralização cede lugar ao objetivo de padronização, resultando, ao final, na perda do controle local e do pluralismo. A crença de Jefferson de que as reuniões distritais “produziriam a qualquer momento o sentido genuíno do povo sobre qualquer ponto requerido, e permitiriam que o estado agisse em massa” é, em última análise, subordinada à sua crença concorrente de que a democracia deveria assumir as características particulares — até no detalhe — que ele considera apropriadas.⁶² O sistema de distritos parece ser um exemplo de descentralização e democracia direta jeffersonianas, mas seu desejo de reorganizar a sociedade segundo uma visão superior — a visão de Jefferson — revela outro impulso, que não é necessariamente democrático.

As especulações de Jefferson sobre o que poderia ter sido, caso suas propostas houvessem sido implementadas, revelam o lado idealista de sua imaginação política. O sistema de distritos, diz Jefferson, “teria restituído ao cidadão a liberdade da mente”; teria “elevado a massa do povo ao elevado patamar da respeitabilidade moral”; teria “completado

⁶¹ Francis Bacon, *The New Organon*, org. Lisa Jardine e Michael Silverthorne (Nova York: Cambridge University Press, 2000).

⁶² O microgerenciamento por Jefferson de um internato masculino na Virgínia, que deveria servir de escola preparatória para sua Universidade da Virgínia, revela o quanto Jefferson acreditava que a supervisão e o controle “especializados” poderiam ditar o caráter e as opiniões. Para um relato desse episódio, ver Alan Taylor, *Thomas Jefferson's Education* (Nova York: W. W. Norton, 2019), 246–49.



o grande objetivo de qualificá-los para selecionar os verdadeiros aristoi.”⁶³ Jefferson imagina que, com algumas mudanças na legislação tributária, por exemplo, “o agricultor verá seu governo sustentado, seus filhos educados, e a face do país transformada em um paraíso pelas contribuições somente dos ricos.”⁶⁴ A filosofia política de democracia de Jefferson depende fortemente do subjuntivo, daquilo que *poderia* ter sido, caso o plano tivesse sido implementado. Embora possa ser apresentada como uma tarefa tentadoramente simples, como mudar o código tributário, reformar instituições existentes não basta para Jefferson. É necessária uma mudança completa. No caso do esquema educacional de Jefferson, todo o programa precisava ser adotado para que produzisse o efeito pretendido. “Jefferson afirmava,” sustenta Mark Holowchak, “que suas reformas deveriam ser adotadas em sua totalidade, pois o republicanismo jeffersoniano pressupunha uma abordagem sistêmica da educação, e não havia sistema algum implantado na época de Jefferson.”⁶⁵ Um sistema uniforme racionalizaria o pensamento nos Estados Unidos, esperava Jefferson. Até que as opiniões concorrentes sobre republicanismo, religião e política em geral se dissipassem, o ideal democrático não poderia ser alcançado, supunha Jefferson.

4. JEFFERSON E A UNIVERSIDADE DA VIRGÍNIA

O plano de Jefferson para a Universidade da Virgínia demonstra concretamente algumas das implicações práticas de seu idealismo democrático. Jefferson havia imaginado uma instituição de ensino superior onde “os estudantes aprenderiam suas noções de republicanismo, rejeitando o federalismo das escolas do norte e de George Washington.”⁶⁶ Esperava que bolsas de estudo permitissem que estudantes pobres, mas merecedores, frequentassem a instituição, além dos abastados. No entanto, os edifícios dispendiosos que Jefferson exigiu, para desgosto dos legisladores virginianos, consumiram toda a ajuda financeira disponível para os estudantes. A Universidade da Virgínia tornou-se a

⁶³ Jefferson a Adams, 28 de outubro de 1813, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-06-02-0446>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁶⁴ Jefferson a Pierre Samuel DuPont de Nemours, 15 de abril de 1811, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-03-02-0432>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁶⁵ Mark Holowchak, *Thomas Jefferson's Philosophy of Education: A Utopian Dream* (Nova York: Routledge, 2014), xvii.

⁶⁶ Taylor, *Thomas Jefferson's Education*, 193.



universidade mais cara do país, cobrando a mensalidade mais alta.⁶⁷ As esperanças de Jefferson de reformar e esclarecer os mais promissores de seus compatriotas foram frustradas, à medida que a universidade assumiu caráter muito semelhante ao do colégio que Jefferson havia tentado em vão reformar, o *College of William and Mary*. O corpo discente era composto majoritariamente por filhos de ricos proprietários de plantações sulistas. Indisciplinado e “sem vergonha,” como lamentou um observador da época, o corpo discente da universidade decepcionou profundamente Jefferson.⁶⁸ “O artigo da disciplina é o mais difícil na educação americana. Ideias prematuras de independência, pouco reprimidas pelos pais, engendram um espírito de insubordinação, que é o grande obstáculo à ciência entre nós, e causa principal de seu declínio desde a revolução,” escreve Jefferson em 1822. “Encaro isso com pavor em nossa instituição, como um rochedo à frente que estou longe de ter certeza de que conseguiremos contornar.”⁶⁹ Como diz Alan Taylor, é “perturbador ler Jefferson escrever sobre ‘independência prematura’ dos jovens e sobre o declínio pós-revolucionário, pois o associamos à confiança nas pessoas e no progresso.” Mas, diz Taylor, “Jefferson nunca esteve inteiramente confortável com as pessoas tal como elas eram.”⁷⁰

Um dos paradoxos centrais da compreensão que Jefferson tinha da democracia é sua aparente fé inabalável no povo, combinada com sua insistência em que ele mudasse fundamentalmente. Jefferson considera “ignorantes,” “monocratas” e inimigos do povo aqueles que têm uma compreensão diferente do republicanismo. Até Washington traiu o povo, acusa Jefferson.⁷¹ Embora romantize seus compatriotas virginianos, Jefferson estava, ainda assim, ansioso para estabelecer uma grande universidade a um custo tremendo, a fim de aprimorar seu pensamento. No entanto, Jefferson lamenta que sua universidade não tenha o efeito desejado e que as futuras gerações não consigam realizar o que a sua não conseguiu, desde a emancipação dos escravos até a realização do *verdadeiro* republicanismo. Ele confessa em certo momento: “O meu, afinal, pode ser um sonho utópico,” mas continuará “a alimentá-lo até ir para a terra dos sonhos, e lá dormir

⁶⁷ Taylor, *Thomas Jefferson's Education*, 214.

⁶⁸ Taylor, *Thomas Jefferson's Education*, 258–59.

⁶⁹ Jefferson a Thomas Cooper, 2 de novembro de 1822.

⁷⁰ Taylor, *Thomas Jefferson's Education*, 259.

⁷¹ Jefferson a John Taylor, 4 de junho de 1798, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-30-02-0280>, acesso em 10 de setembro de 2021.



com os sonhadores de todos os tempos passados e futuros.”⁷² Por causa de suas expectativas irrealistas quanto à universidade — perfeição paladiana, uma juventude disciplinada e ansiosa para abolir a escravidão — a visão de Jefferson resultou em uma universidade construída a um custo tremendo e incapaz sequer de oferecer bolsas a brancos pobres.⁷³ O enorme abismo entre visão e realidade resultou, para Jefferson, não em ficar aquém do ideal, mas em um desfecho possivelmente mais desastroso do que teria sido caso Jefferson tivesse calibrado sua visão de acordo com as restrições práticas.

5. O “IMPÉRIO DA LIBERDADE” DE JEFFERSON

O idealismo democrático de Jefferson informou sua arte de governar como presidente e resultou, com frequência, em desfechos paradoxais. Segundo Jefferson, a expansão da democracia está predestinada, e a expansão dos Estados Unidos representa o curso natural da história, ideia que viria a ser conhecida como “destino manifesto”. A aquisição do território da Louisiana, diz Jefferson, é “inevitável pelo curso das coisas”.⁷⁴ Jefferson conecta seu desejo de expandir os Estados Unidos a uma filosofia da história que imagina a América na vanguarda. A conquista da Louisiana, para Jefferson, segundo Peter S. Onuf, “estava subordinada a uma narrativa triunfalista de libertação que se concentrava na extensão ‘natural’ e irresistível do assentamento agrícola e no progresso da civilização.”⁷⁵ Onuf vê na Compra da Louisiana o cumprimento das promessas de Jefferson em seu primeiro discurso inaugural, que prevê um destino “transcendente” para a América. O desejo de Jefferson de adquirir as Flóridas, empreendimento que se tornou, segundo Henry Adams, sua “paixão dominante,” ilustra igualmente as tendências expansionistas de Jefferson.⁷⁶ As Flóridas, assim como a Louisiana, acredita Jefferson, são direito natural e destino da América. “Certamente obteremos as Flóridas, e tudo a seu tempo,” escreve

⁷² Jefferson a José Correa da Serra, 25 de novembro de 1817, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-12-02-0166>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁷³ Jefferson de fato esperava que a Universidade da Virgínia produzisse uma nova geração que, com o tempo, aboliria a escravidão. Ver Taylor, *Thomas Jefferson's Education*, 214.

⁷⁴ Jefferson a Robert R. Livingston, 18 de abril de 1802, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-37-02-0220>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁷⁵ Peter S. Onuf, “Prologue: Jefferson, Louisiana, and American Nationhood,” em *Empires of the Imagination: Transatlantic Histories of the Louisiana Purchase*, org. Peter J. Kastor e François Weil (Charlottesville: University of Virginia Press, 2009), 32.

⁷⁶ Citado por Robert W. Tucker e David C. Hendrickson, *Empire of Liberty: The Statecraft of Thomas Jefferson* (Nova York: Oxford University Press, 1990), 157.



Jefferson em 1803. “Enquanto isso, sem esperar por permissão, entraremos no exercício do direito natural que sempre reivindicamos junto à Espanha, a saber, o de uma nação que detém o curso superior de rios ter o direito de passagem inocente por eles até o oceano.”⁷⁷ Robert Tucker e David Hendrickson veem no desejo de Jefferson de adquirir a Louisiana e as Flóridas um “apetite por expansão” que, dizem eles, “representava algo próximo de um fim em si mesmo para Jefferson.”⁷⁸

O historiador Walter McDougall traça o papel da religião civil na política externa dos Estados Unidos e sugere que a Compra da Louisiana representa algo como uma “tentação utópica” para Jefferson, que desejava expandir o império americano, mas evitar a guerra e o envolvimento nos assuntos de outras nações.⁷⁹ O idealismo de Jefferson apresentava uma contradição para sua arte de governar: ele defendia a liberdade e a autodeterminação, mas desejava um império que encarnasse as ideias democráticas tal como ele as entendia. A Compra da Louisiana, “constitucionalmente duvidosa,” diz McDougall, “teve implicações sinistras para a expansão da escravidão e a espoliação dos nativos americanos.”⁸⁰ “Ninguém perguntou aos crioulos, africanos e índios além do rio Mississippi se queriam viver sob a autoridade dos Estados Unidos,” observa McDougall.⁸¹ Embora Jefferson estivesse inicialmente inclinado a uma coexistência pacífica com os nativos americanos, após a Compra da Louisiana ele reconhece a dificuldade prática de tentar assimilar suas tribos. Ele “foi forçado a submeter o idealismo filantrópico à necessidade pragmática,” diz Christian B. Keller, e, por fim, passa a pedir sua remoção.⁸² Outro estudioso contrasta o animado primeiro discurso inaugural de Jefferson, no qual ele afirma que “um espírito de paz e amizade prevalece geralmente” entre nossos vizinhos índios, com o desejo de Jefferson de ver os americanos colonizarem “o extenso país que permanece desocupado dentro de nossos limites.” “O que Jefferson previa era a extinção do modo de vida ‘selvagem’, a assimilação dos nativos americanos sobreviventes à economia agrícola branca, e a aquisição de terrenos de caça inúteis para o assentamento branco,” diz Anthony

⁷⁷ Jefferson a John Breckinridge, 12 de agosto de 1803, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-41-02-0139>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁷⁸ Tucker e Hendrickson, *Empire of Liberty*, 159.

⁷⁹ Ver Walter A. McDougall, *The Tragedy of U.S. Foreign Policy: How America's Civil Religion Betrayed the National Interest* (New Haven, CT: Yale University Press, 2016), 53–59.

⁸⁰ McDougall, *The Tragedy of U.S. Foreign Policy*, 57.

⁸¹ McDougall, *The Tragedy of U.S. Foreign Policy*, 57.

⁸² Christian B. Keller, “Philanthropy Betrayed: Thomas Jefferson, the Louisiana Purchase, and the Origins of Federal Indian Removal Policy,” *Proceedings of the American Philosophical Society* 144, n. 1 (2000): 42.



F. C. Wallace.⁸³ Em outras palavras, o império da liberdade de Jefferson consagraria sua particular compreensão de liberdade e democracia, mesmo que esses ideais tivessem de ser perseguidos por meios antidemocráticos, deixando-nos a perguntar exatamente quão democrático poderia ser o resultado final.

O tratamento de Jefferson aos nativos americanos revela o lado sinistro de seu desejo pelo paradoxal “império da liberdade.” Jefferson estava determinado a expandir o território americano e a civilizar ou expulsar os índios. Antes contrário ao *Trade and Intercourse Act*, que regulamentava as relações com os nativos americanos, por considerá-lo uma violação dos direitos dos Estados, Jefferson ampliou os poderes federais sobre os assuntos indígenas durante sua presidência. E, diferentemente de Washington e Adams, e dos britânicos antes deles, que “consideravam as tribos indígenas potências estrangeiras, com as quais as relações diplomáticas deveriam ser conduzidas segundo protocolos tradicionais,” Jefferson tomou liberdades que violaram cada vez mais a soberania tribal e adquiriu suas terras por meio de engano e de táticas de “fatiamento.”⁸⁴ O comércio com os índios era uma das principais formas pelas quais Jefferson imaginava “convertê-los” ao modo de vida americano. Não apenas os índios achariam a agricultura e o consumismo mais recompensadores, mas, ao viver além de suas posses, também seriam forçados a vender suas terras para escapar das dívidas, previa Jefferson. Cercados entre assentamentos brancos, os índios “por falta de caça, serão forçados à agricultura, descobrirão que pequenas porções de terra bem cultivadas valerão mais para eles do que extensas florestas inutilizadas, e estarão continuamente se desfazendo de porções delas, em troca de dinheiro para comprar gado, utensílios e necessidades para suas fazendas e famílias.”⁸⁵ Jefferson escreve a William Henry Harrison, então governador do Território de Indiana, que, para “trocar terras” com os índios, empurraremos nossas casas de comércio, e ficaremos contentes em ver os indivíduos bons e influentes entre eles se endividarem... quando essas dívidas ultrapassarem o que os indivíduos podem pagar, eles se mostrarão dispostos a se livrar delas mediante a cessão de terras... Dessa forma, nossos

⁸³ Anthony F. C. Wallace, *Jefferson and the Indians: The Tragic Fate of the First Americans* (Cambridge, MA: Belknap Press, 1999), 206.

⁸⁴ Para um relato da história das relações de Jefferson com os nativos americanos, ver Wallace, *Jefferson and the Indians*, cap. 7, “President Jefferson’s Indian Policy,” pp. 206–40. Para o uso por Jefferson de táticas de engano e “fatiamento,” ver esp. pp. 221–23.

⁸⁵ Memorando de Jefferson para Henry Dearborn, 29 de dezembro de 1802, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-39-02-0208>, acesso em 10 de setembro de 2021.



assentamentos gradualmente circunscreverão e se aproximarão dos índios, e eles ou se incorporarão a nós como cidadãos dos Estados Unidos, ou se mudarão para além do Mississippi.⁸⁶

Andrew Jackson, cujas brutais políticas de remoção indígena são notórias, agiu segundo precedentes estabelecidos por Jefferson. Jackson, em sua mensagem ao Congresso sobre a realocação dos índios americanos, disse “que a política benevolente do Governo, seguida de forma constante por quase trinta anos, em relação à remoção dos índios para além dos assentamentos brancos, está se aproximando de uma consumação feliz.”⁸⁷ Os mitos gêmeos do destino manifesto e do excepcionalismo americano, para os quais Jefferson contribuiu de bom grado, somados a uma interpretação histórica progressista-democrática, ajudaram a inspirar uma política externa guiada por visões idealistas dos direitos naturais. Esses mitos ajudaram muitos que compartilham o imaginário jeffersoniano a reimaginar o que de outra forma pareceria ser métodos antigos da arte de governar, caracterizados por ganhos territoriais e pela subjugação de povos estrangeiros, como nada além da disseminação da liberdade e da democracia. “Toda a nossa liberalidade para com [os índios americanos],” escreve Jefferson a Harrison, “procede de motivos de pura humanidade.”⁸⁸ Não é difícil discernir paralelos modernos em guerras estrangeiras de intervenção, ostensivamente motivadas por objetivos “humanitários” e “democráticos.”

Embora alegue espalhar a liberdade e a democracia, e estar criando um mundo mais humano, Jefferson está, ainda assim, disposto a recorrer à violência e a outras medidas que minam esses mesmos objetivos. Não é de todo surpreendente que Jefferson compromettesse sua proclamação de que “todos os homens são criados iguais” ao remover à força os índios americanos (sem falar na posse de escravos), dada sua crença de que o

⁸⁶ Jefferson a William Henry Harrison, 27 de fevereiro de 1803, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-39-02-0500>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁸⁷ Andrew Jackson, Segunda Mensagem Anual ao Congresso, 6 de dezembro de 1830. O discurso foi digitalizado em <https://www.archives.gov/historical-docs/todays-doc/index.html?dod-date=1206>, acesso em 10 de setembro de 2021. Sobre a relação entre as políticas de remoção indígena de Jefferson e as de Jackson, ver Christian B. Keller, “Philanthropy Betrayed,” 39–66; Peter S. Onuf, “We Shall All Be Americans: Thomas Jefferson and the Indians,” *Indiana Magazine of History* 95, n. 2 (1999): 103–41; Harold Hellenbrand, “Not ‘To Destroy But to Fulfill’: Jefferson, Indians, and Republican Dispensation,” *Eighteenth-Century Studies* 18, n. 4 (outono de 1985): 523–49.

⁸⁸ Jefferson a William Henry Harrison, 27 de fevereiro de 1803, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-39-02-0500>, acesso em 10 de setembro de 2021.



sofrimento frequentemente deve preceder a libertação.⁸⁹ Toda a Europa logo “alcançará um governo representativo, mais ou menos perfeito,” prevê Jefferson. “Para alcançar tudo isso, no entanto, rios de sangue ainda devem correr, e anos de devastação devem passar.” E, no entanto, diz Jefferson, “o objetivo vale rios de sangue e anos de devastação. Pois que herança, tão valiosa, pode o homem deixar à sua posteridade?”⁹⁰ A crença de Jefferson de que os meios de alcançar a democracia são radicalmente separados do fim — isto é, que a violência e o derramamento de sangue podem não apenas ser meios lamentáveis, mas também necessários para a realização da liberdade — é representativa de algumas crenças modernas sobre travar guerras em nome da democracia. “É lamentável,” escreve Jefferson em 1795, “que os esforços da humanidade para recuperar a liberdade da qual foi privada por tanto tempo venham acompanhados de violência, de erros e até de crimes. Mas, enquanto choramos pelos meios, devemos rezar pelo fim.”⁹¹ É talvez por essa razão que Henry Adams reflete que Jefferson “era um teórico, disposto a arriscar o destino da humanidade na possibilidade de um raciocínio longe de certo em seus detalhes.”⁹²

A crença de Jefferson em um “império da liberdade” prenuncia o que se tornaria, nos séculos XX e XXI, um poderoso desejo de expandir os limites da influência americana.⁹³ Pode-se argumentar que Jefferson inaugurou a tradição do excepcionalismo americano na política externa. Da Compra da Louisiana às suas repetidas tentativas de adquirir as Flóridas, passando por seu tratamento dos índios americanos, as políticas de Jefferson ilustram a dimensão expansionista, e até mesmo agressiva, presente em uma compreensão idealista da democracia. Em teoria, Jefferson rejeita os modos tradicionais de arte de governar, acreditando que a América representa uma ruptura metafísica com seu passado europeu, mas, na prática, Jefferson observa muitas das mesmas táticas. Ele busca o ganho territorial, a conversão ou remoção dos povos nativos, e a disseminação do modo de vida

⁸⁹ Poder-se-ia argumentar que é anacrônico julgar Jefferson segundo nossos próprios padrões e crenças modernos sobre a igualdade entre os povos, mas o ponto aqui é ilustrar que, por um lado, Jefferson sustentava teoricamente direitos racionais e abstratos (em oposição a direitos históricos ou tradicionais), mas, na prática, deferia a uma compreensão mais histórica da cidadania e de quem deveria receber tais direitos.

⁹⁰ Jefferson a John Adams, 4 de setembro de 1823, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/98-01-02-3737>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁹¹ Jefferson a François D'Ivernois, 6 de fevereiro de 1795, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-28-02-0196>, acesso em 10 de setembro de 2021.

⁹² Henry Adams, *The History of the United States during the Administrations of Thomas Jefferson* (Nova York: Library of America, 1986), 100.

⁹³ Jefferson usa essa expressão em diversas ocasiões. Ver Jefferson a George Rogers Clark, 25 de dezembro de 1780, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-04-02-0295>, acesso em 10 de setembro de 2021, e Jefferson a James Madison, 27 de abril de 1809, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/03-01-02-0140>, acesso em 10 de setembro de 2021.



americano por um vasto império. Jefferson tem o cuidado de revestir a expansão territorial e ideológica da América em linguagem democrática, invocando “as leis da natureza” e o “direito natural” para justificar a expansão americana para o oeste, e imagina-a como parte natural do desenrolar da história rumo à culminação em uma democracia continental, senão universal. No entanto, a busca de Jefferson por um “império da liberdade” resultou, como em sua universidade, na perpetuação dos antigos costumes que ele condenava. A escravidão se espalhou pelos territórios, os povos nativos foram brutalmente removidos, e Jefferson deu continuidade às táticas diplomáticas dos monarcas que tantas vezes condenava.

6. CONCLUSÃO

Embora Jefferson tenha sido mitificado como o arquidemocrata da América, sua compreensão paradoxal da democracia, evidente em muitas de suas visões sobre o agrarianismo, a educação e a expansão americana, revela um idealismo que frequentemente mina a prática real do “governo pelo povo”. Jefferson insistia que *sua* compreensão particular de democracia, apesar de sua natureza questionavelmente democrática, era a verdadeira e única interpretação. Além disso, essa visão entrava em conflito com as crenças tradicionalmente sustentadas por muitos de seus compatriotas. Sua visão sonhadora e romântica do agrarianismo, em última análise, entrava em conflito com seu compromisso com a vontade popular não mediada. Da mesma forma, a visão idealista de Jefferson para uma nova universidade era discordante da realidade das restrições de financiamento e dos temperamentos dos jovens abastados que frequentavam a instituição. Jefferson desejara um lugar de ensino superior que fosse democrático em essência e, ao mesmo tempo, perpetuasse novas crenças cosmopolitas e o saber científico. Mas as turmas que ingressavam não refletiam esses mesmos compromissos, e estudantes mais pobres eram impedidos de ingressar em razão do custo elevado das mensalidades.

Não foi simplesmente a posse de escravos por Jefferson que representa um obstáculo para aqueles que o veem como um exemplo de democracia *par excellence*. Pelo contrário, aspectos significativos de sua filosofia política e de suas ações como presidente revelam um lado fortemente idealista da imaginação de Jefferson, que compromete, na prática concreta, as práticas democráticas. O desejo de Jefferson por uma educação e por



uma aristocracia instruída capaz de extrair do povo a “democracia” tal como ele a concebe sugere que sua visão pode não ter sido tão democrática assim. Outros redatores da Constituição dos Estados Unidos também reservaram espaço para uma aristocracia natural, aqueles que “possuem mais sabedoria para discernir, e mais virtude para perseguir, o bem comum da sociedade.”⁹⁴ No entanto, constituintes como Hamilton ou Madison foram mais abertos do que Jefferson quanto à sua desconfiança em relação ao governo popular irrestrito. Embora se proclamasse defensor da vontade do povo, Jefferson, ainda assim, preferia o governo por uma classe política esclarecida. Não está claro que Jefferson acreditasse que o povo, tal como de fato constituído, devesse exercer muito poder.

Uma das grandes questões desta era democrática é: em que medida é desejável a vontade popular tal como real e historicamente expressa? Por um lado, Jefferson é censurado por *não* honrar a vontade popular e por não contar como cidadãos “todos os homens” (e mulheres). Por outro lado, a compreensão de Jefferson sobre a democracia como, no fundo, subordinada a uma versão particular e esclarecida de “democracia” representa uma filosofia antidemocrática que, não obstante, é sustentada como um ideal valioso e até mesmo *democrático*. Jefferson ilustra um tipo de idealismo democrático que proclama um ideal teórico e imaginado da soberania da vontade popular, ao mesmo tempo em que condena a vontade do povo tal como ela já existe. Na prática, seu idealismo democrático inclina-se para políticas desigualitárias, práticas expansionistas e hostilidade a outras interpretações da democracia.

O fato de a reputação de Jefferson ter recentemente sofrido pesados ataques por seus pecados pessoais, dos quais os americanos há muito têm conhecimento, somado ao enfraquecimento da crença nos ideais proclamados na Declaração de Independência, sugere um ceticismo crescente quanto ao idealismo democrático jeffersoniano. Muitos parecem estar perdendo a fé nos elevados ideais que ele proclama. Vale a pena reconsiderar as formas pelas quais as contradições ou tensões na teoria e na prática da democracia de Jefferson influenciaram as próprias concepções populares sobre democracia. Muitos autoproclamados democratas, de ambos os lados do espectro político, lutam com a exigência de consentimento da democracia. É possível ver a tentação, como a de Jefferson, de proclamar um compromisso retórico com a vontade popular, mas, na

⁹⁴ James Madison, *Federalist* n. 57, *The Federalist: The Gideon Edition*, org. George W. Carey e James McClellan (Indianapolis: Liberty Fund, 2001), 295.



prática, impor a própria interpretação de qual deveria ser essa vontade. A proclamação de Jefferson, “conheço apenas um código de moralidade para os homens, seja agindo individual ou coletivamente”, dá expressão à tendência totalizante e homogeneizante desse tipo de idealismo democrático, e é difícil conciliá-la com a necessidade de compromisso, negociação e tolerância a pontos de vista opostos — todas virtudes necessárias para sustentar uma sociedade pluralista e republicano-democrática. Jefferson manifestou-se abertamente sobre seu desejo de ver o partido de seus adversários “aniquilado.”⁹⁵ Desejava isso, é claro, em nome do que considerava o bem comum e a vontade do povo. Mas a suprema confiança de Jefferson em sua própria interpretação desse código de moralidade, e seu desejo de “vincular nossos concidadãos à ordem das coisas que professamos”, talvez revele a mesma falta de humildade política que, hoje mais do que nunca, atormenta a república americana.⁹⁶

REFERÊNCIAS

ADAMS, Henry. **The History of the United States during the Administrations of Thomas Jefferson**. Nova York: Library of America, 1986.

ADDIS, Cameron. “Jefferson and Education”. **The Journal of Southern History**, v. 72, n. 2, p. 457, 2006.

APPLEBY, Joyce. “Commercial Farming and the ‘Agrarian Myth’ in the Early Republic”. **The Journal of American History**, v. 68, n. 4, p. 833, 1982.

ARENDT, Hannah. **On Revolution**. Londres: Penguin Classics, 2006.

BABBITT, Irving. **Democracy and Leadership**. Indianápolis: Liberty Fund, 1979.

BACON, Francis. **The New Organon**. Org. Lisa Jardine e Michael Silverthorne. Nova York: Cambridge University Press, 2000.

BEDINI, Silvio A. **Thomas Jefferson, Statesman of Science**. Nova York: Macmillan, 1990.

BERRY, Wendell. “It All Turns on Affection”. Jefferson Lecture, National Endowment for the Humanities, 2012.

⁹⁵ Ver Jefferson a Horatio Gates, 8 de março de 1801, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-33-02-0174>, acesso em 10 de setembro de 2021. Ver também Richard Hofstadter, *The Idea of a Party System: The Rise of Legitimate Opposition in the United States, 1780–1840* (Berkeley: University of California Press, 1972), 205.

⁹⁶ Jefferson a Gideon Granger, 31 de outubro de 1801, <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-35-02-0441>, acesso em 10 de setembro de 2021.



- BERRY, Wendell. "The Agrarian Standard". **Orion Magazine**, 2002.
- BERRY, Wendell. **The Unsettling of America: Culture and Agriculture**. São Francisco: Sierra Club Books, 1977.
- BONOMI, Patricia U. **Under the Cope of Heaven: Religion, Society, and Politics in Colonial America**. Nova York: Oxford University Press, 2003.
- BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. Org. J. G. A. Pocock. Indianápolis: Hackett, 1987.
- DUNN, Susan (org.). **The Social Contract and the First and Second Discourses: Jean-Jacques Rousseau**. New Haven: Yale University Press, 2002.
- DURANT, Will; DURANT, Ariel. **The Story of Civilization: Rousseau and Revolution**. v. 10. Nova York: Simon & Schuster, 1967.
- FAULKNER, Robert K. "Spreading Progress: Jefferson's Mix of Science and Liberty". **The Good Society**, v. 79, n. 1, p. 26, 2008.
- FLETCHER, John Gould. "Education, Past and Present". In: DAVIDSON, Donald et al. (org.). **I'll Take My Stand: The South and the Agrarian Tradition**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006. p. 104-106.
- HAMILTON, Alexander. "Report on Manufactures". In: FRISCH, Morton J. (org.). **Selected Writings and Speeches of Alexander Hamilton**. Washington, DC: American Enterprise Institute, 1985. p. 280.
- HELLENBRAND, Harold. "Not 'To Destroy But to Fulfill': Jefferson, Indians, and Republican Dispensation". **Eighteenth-Century Studies**, v. 18, n. 4, p. 523-549, 1985.
- HOFSTADTER, Richard. **The Idea of a Party System: The Rise of Legitimate Opposition in the United States, 1780-1840**. Berkeley: University of California Press, 1972.
- HOLOWCHAK, Mark. **Thomas Jefferson's Philosophy of Education: A Utopian Dream**. Nova York: Routledge, 2014.
- JEFFERSON, Thomas. **Notes on the State of Virginia**. Org. William Peden. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1955.
- KELLER, Christian B. "Philanthropy Betrayed: Thomas Jefferson, the Louisiana Purchase, and the Origins of Federal Indian Removal Policy". **Proceedings of the American Philosophical Society**, v. 144, n. 1, p. 39-66, 2000.
- LYTLE, Andrew Nelson. "The Hind Tit". In: DAVIDSON, Donald et al. (org.). **I'll Take My Stand: The South and the Agrarian Tradition**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006. p. 209.



- MADISON, James. "Federalist n. 57". In: CAREY, George W.; McCLELLAN, James (org.). **The Federalist: The Gideon Edition**. Indianápolis: Liberty Fund, 2001. p. 295.
- MAYER, David N. **The Constitutional Thought of Thomas Jefferson**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.
- McDOUGALL, Walter A. **Promised Land, Crusader State: The American Encounter with the World since 1776**. Nova York: Houghton Mifflin, 1997.
- McDOUGALL, Walter A. **The Tragedy of U.S. Foreign Policy: How America's Civil Religion Betrayed the National Interest**. New Haven: Yale University Press, 2016.
- O'BRIEN, Conor Cruise. "Rousseau, Robespierre, Burke, Jefferson, and the French Revolution". In: DUNN, Susan (org.). **The Social Contract and the First and Second Discourses: Jean-Jacques Rousseau**. New Haven: Yale University Press, 2002. p. 306-308.
- ONUF, Peter S. "Prologue: Jefferson, Louisiana, and American Nationhood". In: KASTOR, Peter J.; WEIL, François (org.). **Empires of the Imagination: Transatlantic Histories of the Louisiana Purchase**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2009. p. 32.
- ONUF, Peter S. "We Shall All Be Americans: Thomas Jefferson and the Indians". **Indiana Magazine of History**, v. 95, n. 2, p. 103-141, 1999.
- QUINN, Patrick F. "Agrarianism and the Jeffersonian Philosophy". **Review of Politics**, v. 2, n. 1, p. 97-98, 1940.
- RICHARD, Carl J. **The Founders and the Classics**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- ROBLES, Jason. **An Honest Heart and a Knowing Head: A Study of the Moral, Political, and Educational Thought of Jean-Jacques Rousseau and Thomas Jefferson**. 2012. Tese de Doutorado (inérita) – University of Colorado, 2012.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. "On the Social Contract". In: CRESS, Donald A. (org.). **The Basic Political Writings**. Indianápolis: Hackett, 2011. p. 173.
- RYN, Claes G. **Democracy and the Ethical Life: A Philosophy of Politics and Community**. 2. ed. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 1990.
- SOWERBY, Emily Millicent (org.). **Catalogue of the Library of Thomas Jefferson**. 5 v. [S.l.: s.n.], 1952-1959.
- TAYLOR, Alan. **Thomas Jefferson's Education**. Nova York: W. W. Norton, 2019.
- TUCKER, Robert W.; HENDRICKSON, David C. **Empire of Liberty: The Statecraft of Thomas Jefferson**. Nova York: Oxford University Press, 1990.



TUVESON, Ernest Lee. **Redeemer Nation: The Idea of America's Millennial Role**. Chicago: University of Chicago Press, 1980 [1968].

WALLACE, Anthony F. C. **Jefferson and the Indians: The Tragic Fate of the First Americans**. Cambridge, MA: Belknap Press, 1999.

WEAVER, Richard M. **The Southern Essays of Richard M. Weaver**. Org. George M. Curtis III et al. Indianapolis: Liberty Fund, 1987.

RECEBIDO EM 22/06/2026
APROVADO EM XX/XX/XXXX
RECEIVED IN 22/06/2026
APPROVED IN XX/XX/XXXX